Guia de Porta-Vozes do

WRI Brasil na COP31



WRI BRASIL

Introdução

Este guia foi criado para facilitar o contato de jornalistas com os especialistas do WRI Brasil durante a COP31 - 31ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em Antália (Turquia), e que são referência em pesquisa e soluções para o desenvolvimento sustentável.

Aqui, você encontrará porta-vozes qualificados para comentar temas relacionados às principais frentes de atuação do WRI Brasil, e que podem contribuir com análises, dados e perspectivas sobre os desafios e oportunidades da transição para uma economia inclusiva, próspera e de baixo carbono.

Os especialistas do WRI Brasil estão disponíveis para entrevistas, explicações técnicas e análises sobre políticas públicas, inovação e sustentabilidade, além de aptos a comentar pesquisas próprias do WRI Brasil e temas correlatos às suas áreas de especialidade, além de comentar as decisões, os avanços e os desafios enfrentados pelos atores das negociações.

Para solicitar uma entrevista, entre em contato:

Evocar Comunicação e Conteúdo
Ana Americano – ana.americano@e-vocar.com – +55 11 96852-9623
Davi Machado – davi.machado@e-vocar.com – +55 11 99985-6884



INSTITUCIONAL

Mirela Sandrini



CARGO

Diretora Executiva

TEMAS DE ESPECIALIDADE

Brasil e a transição climática, clima e desenvolvimento, transição justa, papel do setor privado, relações institucionais

FORMAÇÃO

Formada em Comunicação Social e mestre em Sustentabilidade pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EASP), com MBA em Gestão de Negócios pelo Ibmec – RJ

PERFIL

Acumula vasta experiência em articulação e engajamento multissetorial para questões socioambientais, com incidência em políticas públicas e na composição de força-tarefa para inovação social e desenvolvimento local, em colaboração com setor privado e instituições da sociedade civil

CLIMA, ECONOMIA E FINANÇAS

Karen Silverwood-Cope

WRI Brasil na COP31



CARGO

Diretora do programa de Clima, Economia e Finanças; Diretora de Energia

ÁREA DE ATUAÇÃO

Clima, Economia e Finanças

TEMAS DE ESPECIALIDADE

Política climática, metas e planos nacionais, adaptação, multilateralismo, financiamento e transição energética

FORMAÇÃO

Doutora em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB), com pesquisa na área de políticas públicas e meio ambiente, na qual investigou processos decisórios e formação de agenda governamental sobre a Política Nacional de Mudança do Clima. Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela London School of Economics (LSE), com ênfase na formulação de orçamento e planejamento governamental. Além disso, é mestre em Ciência Política pela UnB, com foco em planejamento e orçamento para políticas ambientais, e bacharela em Ciência Política pela UnB.

PERFIL

É servidora pública federal da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e coordenadora da sub-rede de políticas públicas da Rede Clima, atuando em temas relacionados ao meio ambiente e mudança do clima desde 2009. Foi diretora do Plano Nacional de Adaptação à mudança do clima, coordenadora-geral do Plano Nacional sobre mudança do clima e do Fundo Nacional sobre mudança do clima. Foi coordenadora-geral de Oceano e Antártica no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e assessora responsável pela área de meio ambiente e secretária adjunta substituta na Secretaria de Análise Governamental da Casa Civil da Presidência da República.

CLIMA, ECONOMIA E FINANÇAS

Miriam Garcia



CARGO

Gerente Sênior Clima, Economia e Finanças

ÁREA DE ATUAÇÃO

Clima, Economia e Finanças

TEMAS DE ESPECIALIDADE

Política climática, governança climática global, metas e planos nacionais, COP30, negociações, multilateralismo, finanças climáticas e engajamento multisetorial

FORMAÇÃO

Doutora pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP), na qual investigou o papel da Agenda de Ação Climática Global na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Mestre em Relações Internacionais, com ênfase em Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, pelo Institut d'Études Politiques de Paris (Sciences Po).

PERFIL

Antes de se juntar ao WRI Brasil, liderou a área de políticas públicas do Carbon Disclosure Project (CDP) para a América Latina, tanto para governos nacionais quanto subnacionais. Além disso, conta com experiência em organizações do terceiro setor na área de desenvolvimento sustentável na França e conservação da biodiversidade no Brasil, com atuação em pesquisa aplicada no Institute of Development and Sustainability (IDOS), na Alemanha. Lidera contribuições do WRI Brasil sobre elaboração, implementação e monitoramento de políticas climáticas, para as negociações internacionais de clima e para a implementação de projetos de governança climática e transição justa.

FLORESTAS E USO DA TERRA

Mariana Oliveira



CARGO

Diretora do Programa de Florestas e Uso da Terra

ÁREA DE ATUAÇÃO

Florestas e Uso da Terra

TEMAS DE ESPECIALIDADE

Restauração de paisagens e florestas, nova economia da restauração, financiamento para florestas, políticas públicas para florestas, bioeconomia.

FORMAÇÃO

Graduada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), possui Especialização em Gerenciamento Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP) e certificação em Paisagens de Florestas Tropicais: Conservação, Restauração e Uso Sustentável pela Universidade de Yale. Além disso, é mestranda em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

PERFIL

Desempenha um papel fundamental no avanço da agenda de restauração de florestas e paisagens, fortalecendo iniciativas públicas, privadas e coletivas voltadas à conservação e recuperação de áreas degradadas. Conduziu pesquisas para embasar políticas públicas e privadas, colaborou com uma ampla rede de atores para fortalecer capacidades institucionais e governança, e impulsionou iniciativas focadas no monitoramento e na transparência de dados. Lidera o desenvolvimento e a implementação de estratégias do WRI Brasil para promover práticas responsáveis de uso da terra, integrando produção de alimentos, conservação e restauração da vegetação nativa.

CIDADES

Henrique Evers

WRI Brasil na COP31



CARGO

Gerente de Desenvolvimento Urbano

ÁREA DE ATUAÇÃO

Cidades

TEMAS DE ESPECIALIDADE

Adaptação urbana e resiliência; gestão de riscos e prevenção de desastres; soluções baseadas na natureza (SBN); desenvolvimento urbano de baixo carbono; desenvolvimento urbano orientado ao transporte; reconstrução e recuperação de cidades após desastres, Políticas públicas de moradia e acesso à habitação; planejamento urbano e uso do solo; financiamento urbano e financiamento climático.

FORMAÇÃO

Geógrafo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestre em Ordenamento Territorial pela Universidade de Málaga, na Espanha.

PERFIL

Atua na interface entre desenvolvimento urbano e mudança do clima, com atuação em pesquisa aplicada, formulação de políticas públicas e estruturação de estratégias e instrumentos de financiamento urbano. É autor e coautor de publicações sobre expansão urbana, moradia, planejamento territorial, financiamento e resiliência urbana. No WRI Brasil, lidera projetos nas agendas de moradia, uso do solo, financiamento e adaptação urbana, apoiando governos federais e municipais na formulação e implementação de políticas e programas como o Minha Casa, Minha Vida, o Periferia Viva e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). Também apoiou a elaboração do Plano Clima – Adaptação, com foco no setor de Cidades, e coordenou o Acelerador de SBN, iniciativa voltada à estruturação de projetos de soluções baseadas na natureza em cidades brasileiras. Atua ainda na articulação de projetos e parcerias com instituições financeiras de desenvolvimento, como o BNDES, CAF e Banco Mundial, e coordena iniciativas e redes voltadas ao fortalecimento do financiamento urbano sustentável no Brasil, como a Rede de Financiamento para Infraestrutura Sustentável em Cidades (Rede FISC).



Principais temas para acompanhar na COP31

Na COP31, o WRI Brasil busca contribuir para o avanço de uma agenda climática que promova um modelo de desenvolvimento capaz de conciliar prosperidade econômica com a proteção da natureza e a justiça social. A comitiva acompanha as negociações internacionais e as iniciativas de cooperação voltadas à implementação dos compromissos climáticos. A participação reflete a estratégia do WRI Brasil de construir soluções em parceria, promovendo o diálogo entre os setores público e privado e a articulação entre diferentes níveis de governo.

A conferência também representa uma oportunidade de discutir como o enfrentamento da crise climática pode impulsionar um modelo de desenvolvimento que amplie a competitividade da economia brasileira e crie condições para a geração de empregos associados à transição de baixo carbono.

O WRI Brasil se faz presente na conferência, contribuindo com seus estudos e recomendações para que os setores públicos e privados possam tomar sempre as melhores decisões em relação à adaptação climática, à economia e à vida de pessoas e comunidades, com base em evidências científicas.

Estes são os grandes temas que o WRI Brasil irá acompanhar de perto:

1) Transição energética justa

A transição energética global para um modelo de baixa emissão de carbono deve provocar a desestruturação de algumas cadeias produtivas, como a do petróleo e a do carvão, e provocar o desenvolvimento de outras, como a de biocombustíveis e a de baterias. Isso pode causar desemprego em alguns setores, mas, ao mesmo tempo, vai abrir uma quantidade expressiva de novas oportunidades de trabalho na economia verde.

Um estudo do WRI e parceiros estima que a transição climática pode gerar **cerca de 375 milhões de empregos no mundo na próxima década**. Entretanto, apenas 1% dos planos climáticos nacionais apresenta propostas para financiar a preparação dos trabalhadores para os empregos verdes.
Para o WRI Brasil, a transição justa se apoia em três pilares:

- Qualificação profissional para esses novos empregos em uma economia verde;
- Assegurar que os trabalhadores possam ter acesso aos mecanismos de proteção social;
- Intencionalidade nos investimentos para uma economia de baixo carbono, de forma a colocar as pessoas e o desenvolvimento social e econômico das comunidades como preocupação central dessas mudanças.

A COP31 precisa avançar nas discussões sobre a transição justa. O WRI Brasil vai acompanhar o desenvolvimento do Programa de Trabalho de Transição Justa, e o Belém-Antalya Mechanism, mecanismo de transição que foi adotado ano passado em Belém, durante a COP30. Na COP31 os países devem negociar quais serão as funcionalidades do mecanismo, como se dará sua governança e o seu modo de financiamento.



2) Viabilizar o acesso e ampliar o financiamento climático

Um dos principais desafios da COP31 será avançar no debate sobre a ampliação do financiamento climático para países em desenvolvimento. A necessidade de aumentar os recursos ocorre em um cenário de retração do financiamento internacional para o clima. Dados preliminares da OCDE indicam que a assistência oficial ao desenvolvimento, concedida pelos principais países doadores, caiu 23,1% em termos reais em 2025.

O WRI Brasil defende que a COP31 avance na implantação do Roteiro Baku–Belém, que aponta caminhos para mobilizar pelo menos US$ 1,3 trilhão por ano até 2035, considerando diferentes fontes de recursos.

O instituto propõe que sejam adotados mecanismos que permitam utilizar de forma mais eficiente os recursos públicos para incentivar e mobilizar investimentos privados, especialmente nos países em desenvolvimento. Os debates devem considerar, ainda, as condições de acesso ao financiamento.

O documento técnico ***Fortalecendo a justificativa para investimentos em adaptação climática***, elaborado pelo WRI, aponta que cada dólar aplicado em adaptação pode gerar, em média, US$ 10,50 em benefícios ao longo de dez anos.



3) Fortalecer a cooperação entre países para acelerar soluções climáticas

O WRI Brasil defende o fortalecimento da cooperação internacional como um pilar essencial para acelerar a transição climática e transformar compromissos em ações concretas. Isso pode se dar em diversas frentes, como:

- Na ampliação da participação dos países em desenvolvimento nos fóruns de discussões temáticas;
- No estabelecimento de sistemas padronizados de monitoramento, reporte e verificação de emissões de gases de efeito estufa e dos mercados regulados de carbono, trazendo transparência e confiabilidade entre as ações adotadas pelos países e pela iniciativa privada;
- Na criação de cronogramas conjuntos para o afastamento gradual de combustíveis fósseis e o fim do desmatamento;
- Na facilitação do compartilhamento de tecnologias verdes, energias renováveis e soluções de refrigeração sustentável;
- No cumprimento das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), estabelecidas no Acordo de Paris, definindo metas efetivas de redução de emissões, que devem estar alinhadas com o objetivo de limitar o aumento da temperatura global a 1,5 °C e impulsionar mudanças setoriais ousadas, conectando metas com ações e investimentos;
- Na mobilização de recursos e apoio técnico pelas nações desenvolvidas para os países em desenvolvimento implementarem suas metas climáticas;
- Na gestão de recursos compartilhados, com a unificação dos esforços diplomáticos e científicos para lidar com bacias hidrográficas, florestas transnacionais e ecossistemas que ultrapassam fronteiras geográficas.



4) Floresta em pé e desmatamento zero como garantia de competitividade

A floresta em pé movimenta bilhões na Amazônia. Um estudo da FAO e do WRI Brasil, a ser divulgado em breve, mostra que a sociobioeconomia tem o potencial de gerar um PIB de quase US$ 5 bilhões na Amazônia Legal.

O potencial na região é ainda maior se considerarmos a transição como caminho para reduzir o desmatamento e atrair novos investimentos. O setor da restauração e da bioeconomia podem gerar mais de 800 mil empregos adicionais em atividades nos setores econômicos da bioeconomia e restauração até 2050.

Manter florestas em pé e preservar outros importantes biomas, como o Cerrado no Brasil, ajuda a regular o regime de chuvas e isso é fundamental para a agricultura e pecuária. Um estudo do WRI Brasil, a ser divulgado durante a COP31, aponta que, nos últimos 30 anos, o período da estação chuvosa na Amazônia e no Cerrado sofreu expressiva redução. Isso traz riscos para a produção brasileira e pode afetar cadeias produtivas importantes, como a da soja, do milho e agropecuária. Manter a floresta em pé é fundamental para garantir a estabilidade das chuvas e consequentemente a produção de alimentos e a competitividade do agronegócio. Trata-se, antes de mais nada, de uma questão de segurança econômica, não só para o Brasil, mas para outros países do mundo.

Na COP30, foi lançado o *Bioeconomy Challenge*. É uma iniciativa internacional da qual o WRI faz parte e que vem promovendo discussões para trazer a sociobioeconomia, conceito que integra o desenvolvimento econômico com a conservação dos biomas, da biodiversidade e inclusão social, como agenda de conexão com o G20 e as ações climáticas. Na COP31, o desafio é manter a sociobioeconomia como parte da solução para a mitigação da crise climática. Isso permitirá fortalecer a participação das comunidades e ao mesmo tempo pensar em como fazer desses benefícios econômicos algo compartilhado.



Outros temas / prioridades COP31
Mercados Regulados de Carbono

Precificar o carbono é dar um sinal claro à economia: reduzir as emissões de gases de efeito estufa vale a pena. Descarbonizar é um esforço coletivo.
A Coalizão Aberta para Mercados Regulados de Carbono (OCCCM) reúne países que decidiram avançar juntos na descarbonização da economia global. A proposta é aproximar os mercados de carbono nacionais e as metodologias de medição de emissões e de compensação, para torná-los mais eficazes, confiáveis, transparentes e, progressivamente, interoperáveis.

A Coalizão está construindo seu plano de trabalho para os próximos quatro anos e realizará uma reunião de alto nível na COP 31. O WRI Brasil apresenta três recomendações:

- Ampliar a participação de países em desenvolvimento, com uma representação mais equilibrada e apoio à capacitação, para que cada país possa estruturar e fortalecer seu próprio mercado, de acordo com sua realidade;
- Lançar em 2027 projetos-pilotos voluntários, por país ou por setor, para testar abordagens no mundo real e gerar lições práticas;
- Organizar um marco global para créditos de carbono de alta integridade, com sistemas padronizados, transparentes e confiáveis de monitoramento (medição), reporte e verificação (MRV), em harmonia com o Acordo de Paris.

A cooperação internacional é o caminho para estabelecer mercados de carbono confiáveis e com resultados climáticos reais. O WRI segue comprometido em construir esse caminho junto com a coalizão e seus membros.





Para acompanhar o WRI Brasil na COP31

Ao longo da COP31, o WRI Brasil seguirá publicando análises, posicionamentos e informações sobre os principais temas da conferência. Para entender por que as decisões de Antália importam para o país, consulte **“5 motivos pelos quais a COP31 importa para o Brasil”**.

Nossa participação, os eventos, atividades e demais atualizações também estão reunidos na página **WRI Brasil na COP31** (acesse pelo QR Code no final do documento), que funcionará como ponto de referência para acompanhar a atuação do instituto durante a conferência.

WRI Brasil na COP31

WRI BRASIL

Escaneie o QR Code ao lado
e acesse nossa página com
conteúdos sobre a COP31